CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N. 481/73

Aprovado por Deliberação
em 14/3/1973

PROCESSO CEE- N. 869/71

INTERESSADO - FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ASSUNTO - Autorização para funcionamento dos cursos de CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS.

CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU.

RELATOR - Conselheiro OSWALDO ARANHA BANDEIRA DE MELLO

HISTÓRICO: "Tendo a Faculdade de Ciências Econômicas de São João da Boa Vista obtido autorização para a instalação dos cursos de Ciências Contábeis e Administrativas, consoante o decidido pelo Conselho Pleno em reunião de 6 do corrente, vem requerer o funcionamento dos referidos cursos" ou seja dos Cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas com opção na 4ª série para o estudo de administração pública. Pelo parecer de nossa autoria aprovado pelo Conselho Pleno, foi autorizada a instalação dos referidos cursos. Ora, como se disse, requer o respectivo funcionamento.

FUNDAMENTAÇÃO:

O Art. 5º da Resolução CEE- n. 20/65, fixa as normas a serem obedecidas pelos interessados no pedido em referência. Da Instrução A.T. n. 239/72, da Assessoria Técnica, o documento apresentado pela requerente foi examinado à luz desse texto. Então, assim, se pronunciou a Assessoria Técnica, cujas considerações transcrevemos :

"I - teor da lei que criou o estabelecimento, observado o disposto nos artigos 81 e 85 da Lei de Diretrizes e Bases, conforme o caso; - documento de fl. 138 a 144.

II - indicação do curso ou cursos que pretenda ministrar, com a respectiva estruturação curricular;
- foi apresentado pelo interessado e consta de fls.239 à 243.

III - prova de ter a sua disposição edifícios apropriados ao ensino a ser ministrado, inclusive garantia de instalação para o desenvolvimento total dos respectivos cursos;

IV - prova de capacidade financeira para instalar e fazer funcionar o estabelecimento de modo satisfatório;

- o orçamento da Faculdade para 1973 e o orçamento suplementar, constantes das fls. 254 a 259, indicam como a entidade se dispõe a atender o empreendimento.

V - Exemplar do projeto de Regimento;

- foi encaminhado pela Faculdade e integra o Processo n. 806/68 - II volume (fl. 336 e segs.),

VI - a composição do corpo docente das duas primeiras séries, devendo a indicação dos professores das séries seguintes ser apresentada à Câmara do Ensino Superior pelo menos um ano antes do respectivo funcionamento;

- acha-se as fls. 244/246, tendo sido indicados os processos e os respectivos pareceres de aprovação dos professores por parte deste Conselho, para a Faculdade de Ciências Econômicas; em termos de atualização juntaram apenas os termos de compromisso de docência (fls. 260 a 268).

VII - demonstração de que a região possui condições materiais e culturais adequadas ao funcionamento do curso e sobretudo de que tenham sido atendidas satisfatoriamente as necessidades locais do ensino primário e médio;

- essas condições foram apresentadas devidamente, tendo sido examinadas por ocasião dos estudos para a instalação dos cursos (Parecer CEE- n. 1857/72).

VIII - prova de que a criação do curso representa real necessidade;

- assunto também submetido à apreciação no momento em que se examinaram as condições, para a instalação dos mesmos,

IX - orçamento discriminando, que indique o modo pelo qual se atenderá à manutenção da escola;

- está às fls. 254/259.

X - especificação da remuneração a ser paga ao pessoal docente e administrativo, e das taxas a serem eventualmente cobradas dos alunos;

- não foi apresentado.

XI - declaração expressa, de cada um dos componentes do projetado corpo docente, de que aceita as condições de trabalho propostas pelo estabelecimento, e de que se compromete à cumpri-las, pelo menos nos dois anos iniciais de funcionamento.

- foram apresentados 09 (nove) termos de compromissos de docência (fls. 260 a 268); entre esses, apenas dois novos professores deverão integrar o corpo docente do Ciclo Básico".

CONCLUSÃO:

Como se verifica do trecho transcrito "especificação da remuneração a ser paga ao pessoal docente e administrativo, e das taxas a serem eventualmente cobradas dos alunos; não foi apresentado". Baixado em diligencia foi satisfeita a exigência. Todos os demais objetos do Art. 5º foram atendidos.

Os professores dos diversos cursos já são docentes da Faculdade, com processos e pareceres neste Conselho para apreciação dos respectivos contratos.

Destarte, considero o processo devidamente instruído e VOTO favoravelmente à autorização requerida de funcionamento dos cursos de Ciências Contábeis, e de Administração de Empresas, com opção, outrossim, do de Administração Pública, da Faculdade de Ciências Econômicas de São João da Boa Vista.

São Paulo, 14 de fevereiro de 1973.

a) Conselheiro OSWALDO ARANHA BANDEIRA DE MELLO
- Relator -

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após, discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: AMÉLIA DOMINGUES DE CASTRO, LUIZ CANTANHEDE FILHO, LUIZ FERREIRA MARTINS, MOACYR EXPEDITO VAZ GUIMARÃES, OLAVO BAPTISTA FILHO, OSWALDO ARANHA BANDEIRA DE MELLO, PAULO GOMES ROMEO, RIVADAVIA MARQUES JUNIOR, WLADEMIR PEREIRA e PAULO TEIXEIRA DE CAMARGO.

Sala Sessões da CTG, em 1º de março de 1973.

a) Conselheiro PAULO GOMES ROMEO - Presidente